



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA TURMA

Processo nº 10670.001108/2001-70
Recurso nº 303-128.980 Especial do Procurador
Matéria ITR - COMPROVAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
Acórdão nº 03-06.253
Sessão de 09 de dezembro de 2008
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO E FLORESTAIS LTDA.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 1997

ITR. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. COMPROVAÇÃO.

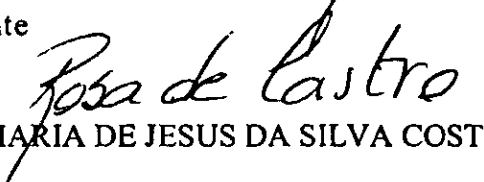
A "obrigatoriedade" da ratificação pelo IBAMA da indicação das áreas de preservação permanente, de utilização limitada (área de reserva legal, área de reserva particular do patrimônio natural, área de declarado interesse ecológico) e de outras áreas passíveis de exclusão (área com plano de manejo florestal e área com reflorestamento) somente passou a ter previsão legal com a edição da Lei nº 10.165/2000, publicada em 28.12.00, a qual alterou o art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação).

Recurso Especial Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da terceira turma da câmara superior de recursos fiscais, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso especial, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO PRAGA
Presidente


ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
Relatora

FORMALIZADO EM:

25 MAI 2009

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Praga, Antonio Carlos Guidone Filho, Anelisa Daudt Prieto, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Judith do Amaral Marcondes Armando, Nanci Gama, Maria Cristina Roza da Costa e Luiz Roberto Domingo (substituto convocado). Ausente, justificadamente, a conselheira Susy Gomes Hoffmann.

Relatório

Trata-se de Recurso Especial de Divergência (fls. 145/151) interposto pela i. Procuradoria da Fazenda Nacional contra o Acórdão nº 303-32.206 (fls. 135/142), exarado pela E. Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, sintetizado na ementa abaixo transcrita:

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL. A simples omissão do contribuinte em providenciar em prazo hábil documentação comprobatória de áreas preservadas da propriedade rural não determina a inclusão de ditas áreas, desde que materialmente existentes, na base tributável.

Recurso Provido.

Em suas razões recursais, a i. Procuradoria alega, em síntese, que à época do fato gerador do tributo em questão vigorava a Instrução Normativa nº 67/97, que instituiu a exigência da apresentação do ADA para a comprovação de áreas de proteção ambiental não tributáveis. Se, anos após, tal Instrução Normativa veio a ser revogada, isso não interfere na obrigação imposta à Interessada.

Regularmente intimada do supra citado recurso em 28 de agosto de 2006, a contribuinte em epígrafe (doravante denominada Interessada) não apresentou contra-razões.

É o relatório.



Voto

Presente os requisitos de admissibilidade, conhecimento do recurso.

O cerne da questão discutida diz respeito à exigência do ADA, no ano de 1997, para fim de isenção da área de preservação permanente declarada.

A matéria em tela, em realidade, trata de questão sobejamente conhecida por este Conselho Superior.

Como é cediço, a “obrigatoriedade” da ratificação pelo IBAMA da indicação das áreas de preservação permanente, de utilização limitada (área de reserva legal, área de reserva particular do patrimônio natural, área de declarado interesse ecológico) e de outras áreas passíveis de exclusão (área com plano de manejo florestal e área com reflorestamento) somente passou a ter previsão legal com a edição da Lei nº 10.165/2000, publicada em 28.12.00, a qual alterou o art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação). Apenas a partir da edição daquele diploma legal (lei em *stricto sensu*) é que o ADA passou a ser obrigatório para efeito de exclusão da base de cálculo do ITR das referidas áreas.

A norma em evidência passou a ter a seguinte redação¹:

Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao Ibama a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria

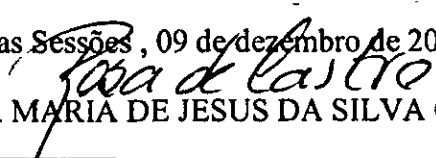
(...)

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória. (Grifo nosso)

Nesse esteio, é certo que à época do fato gerador, no primeiro dia do ano de 1997, não havia determinação de prazo para a apresentação do ADA, o que impede a incidência do Imposto sobre a área de utilização limitada unicamente com base nesse motivo.

Portanto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Especial interposto pela i. Fazenda Nacional.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2008.


ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

¹ A redação anterior do parágrafo primeiro do art. 17-O, incluído pela Lei nº 9.960, de 28/01/2000, dispunha que “a utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é opcional”. Tal alteração trouxe a obrigatoriedade instituída por lei ordinária do requerimento do ADA para fruição da isenção.